

# GRITO MUDO: A NARRATIVA DE UMA CONGOLESA QUE BUSCOU NO REFÚGIO A SOBREVIVÊNCIA, A PAZ E A DIGNIDADE

*SILENT SCREAM: THE NARRATIVE OF A CONGOLESE WHO SOUGHT IN REFUGE SURVIVAL, PEACE AND DIGNITY*

Jadna Rodrigues<sup>1</sup>

## RESUMO

Ancorado na narrativa de uma congolesa que chegou ao Brasil há três anos, este artigo tem como objetivo apresentar, sob uma perspectiva antropológica, a trajetória de vida de uma refugiada desde a saída do seu país. As reflexões sobre a narrativa abordam a condição de gênero – uma fuga da violência sexual – e as motivações de uma guerra que está destruindo uma nação em benefício de poucos cidadãos. Essas condições levaram essa congolesa a abandonar uma carreira profissional bem-sucedida em seu país, para recomeçar sua história trabalhando em condições precárias no Brasil – um país aonde chegou sem conhecer ninguém, sem falar o idioma; um lugar que não escolheu para viver, mas onde sonha reagrupar sua família para, um dia, retornar à terra natal.

**Palavras-chave:** Narrativa. Refúgio. Gênero. Trabalho. Família.

## ABSTRAC

Based on the narrative of a woman refugee from the Democratic Republic of the Congo, who arrived in Brazil three years ago, this article presents from an anthropological viewpoint, the trajectory of this woman's life since leaving her country. These reflections on the narrative cover: the condition of gender – a woman trying to flee from the sexual violence, the financial motivations for a war that is destroying a nation to benefit a few citizens and caused the abandon a successful professional career and begin her working life in significantly reduced circumstances. She arrived without knowing anyone and without speaking the language in Brazil, a country she never imagined she would choose to live in, but where she now dreams to be able to reunite her surviving family and return one day to her native land.

**Keywords:** Narrative. Refugee. Gender. Work. Family.

## 1. INTRODUÇÃO

O tempo não para. O universo está em constante movimento. Seguindo o ritmo natural da vida, o indivíduo é também um caminhante num processo contínuo. Por esta inquietação, grandes descobertas, inúmeras conquistas e novos saberes se tornaram possíveis. Mas nem sempre esses movimentos se devem a motivos nobres. Os deslocamentos também acontecem motivados por desastres naturais, pela escassez de alimentos, por crises políticas e/ou econômicas, por perseguições religiosas e pela guerra.

De cada 113 pessoas no planeta, uma é solicitante de refúgio, deslocada interna ou refugiada, segundo o relatório *Global Trends* da United Nations Refugee Agency – UNHCR (2016). O movimento migratório decorrente dos mais diversos tipos de crise é uma das notícias que adentram os lares de todo o mundo e, praticamente, já deixam de surpreender. Isso talvez ocorra assim porque essas notícias são veiculadas a serviço da informação e, por isto, tornam-se pobres ao transmitir histórias surpreendentes. Os fatos já chegam acompanhados de razão e explicações (BENJAMIN, 1994).

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFRRJ.

A narrativa, ao contrário da notícia, é mais aprofundada, pois atinge uma amplitude que a informação não é capaz de alcançar. Isto é, ela pressupõe “o fato de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto” (BOURDIEU, 2006, p. 184).

É através da narrativa de vida da congoleza M.<sup>2</sup> que este artigo pretende refletir sobre a condição de uma imigrante que solicitou refúgio no Brasil há três anos. Em 2014, quando retornava do trabalho para casa, M. teve que abandonar a carreira profissional que havia escolhido, e na qual se sentia bem-sucedida, para salvar sua vida. Precisou também fugir – sem poder despedir-se e sem ter notícias de sua família, do marido, dos amigos – para sobreviver a uma guerra em que o estupro é uma das armas utilizadas (CARRANCA, 2013a). M. precisou se dissociar do passado e buscar refúgio num país onde ela jamais pensou que um dia fosse viver.

## **2. NA VOZ DE UMA, O GRITO DE MUITOS**

A mitologia grega conta que Ariane presenteou Teseu com um fio para que, com ele, o herói ateniense se orientasse dentro do labirinto onde encontraria o Minotauro para matá-lo (GINZBURG, 2007). Neste artigo, M. oferece a sua história de vida como um fio condutor. É apenas um fio de uma trajetória de vida dentre os 65,6 milhões de refugiados e solicitantes de refúgio em todo o mundo hoje (UNHCR, 2016), mas espera-se que ele cumpra seu papel de jogar luz nesta questão cada vez mais relevante no cenário mundial.

Este artigo apresenta apenas a história de uma vida, mas, segundo Queiroz (1988), uma única história de vida pode ser objeto de um estudo sociológico aprofundado e frutífero, pois, por meio dela, podem-se obter informações que retratam a dura realidade de vida de uma coletividade. “O indivíduo também é um fenômeno social. Aspectos importantes de sua sociedade e do seu grupo, comportamentos e técnicas, valores e ideologias podem ser apanhados através de sua história” (QUEIROZ, 1988, p. 27).

A história dessa refugiada é mais uma que está presente na informação transmitida pelos veículos de comunicação todos os dias, mas ela se torna muito mais real e próxima quando é ouvida sob a forma de uma narrativa contada com toda a emoção que a realidade exige, sem precisar ser abreviada e editada pelo tempo do noticiário. “Na verdadeira narração, a mão intervém decisivamente, com seus gestos, apreendidos na experiência do trabalho, que sustentam de cem maneiras o fluxo do que é dito” (BENJAMIN, 1994, p. 221).

Como esclarece Queiroz (1988), a narrativa oral permite “captar o não-explicito, quem sabe mesmo o indizível” (p. 15). E ainda que não seja totalmente possível passar para a escrita todas as nuances, as entonações e as pausas percebidas ao longo da entrevista, é, ainda assim, mais fácil transmitir as emoções e os valores do que por meio de formulários de pesquisa ou dados estatísticos.

## **3. DO TRABALHO PARA A SOBREVIVÊNCIA**

Eu só consigo me lembrar de ouvir de longe os gritos da minha tia. Eram gritos de dor, de muita dor. Ela estava sendo estuprada. E morreu. Todos fugiram... Isso me faz mal e não quero mais me lembrar ... [M. abaixou a cabeça e começou a chorar] (M., 2017).

---

<sup>2</sup> O nome da entrevistada será representado pela abreviatura M. a fim de manter seu anonimato.

M. nasceu na República Democrática do Congo, mais especificamente no vilarejo de Chabunda, na província de Kivu do Sul, onde viveu até a fase adulta<sup>3</sup> junto a seus pais, seis irmãos, marido e demais familiares. A guerra que assola seu país há quase duas décadas – motivada por conflitos étnicos e pela disputa de recursos naturais – era um motivo de temor constante para M. e sua família – inclusive pela ameaça de precisar abandonar a terra natal a qualquer momento. Em 2014, o horror promovido pelos rebeldes e pela milícia chegou mais próximo, e a refugiada se viu obrigada a enfrentar uma mudança vertiginosa em sua vida.

No final do dia, quando cheguei à minha cidade<sup>4</sup>, retornando do trabalho, ouvi gritos. Encontrei uma vizinha e ela me avisou que eu não poderia mais entrar em casa, pois Chabunda havia sido tomada pelos rebeldes. Eles estavam estuprando as mulheres e matando as pessoas. Só tive tempo de fugir para tentar sobreviver (M., 2017).

M. não conseguiu saber para onde seus familiares haviam fugido e muito menos se despedir daqueles que lhe eram caros. A única alternativa que lhe restou foi fugir sozinha para proteger a própria vida e se resguardar de um dos crimes mais humilhantes, usado como uma arma muito recorrente na guerra do Congo: o estupro.

Num país de proporções continentais e acesso precário a pontos mais remotos, é difícil contabilizar as vítimas dessa violência sexual, mas estima-se que 45 congolezas são estupradas por hora (CARRANCA, 2013a). Todavia, números são uma mera impessoalização do sujeito e, dessa forma, não expressam os traumas físicos nem psicológicos das vítimas e dos seus familiares (SOUSA, 2017).

Não existe um biotipo, um estereótipo, uma idade determinada ou uma raça específica para identificar um estuprador. Ele pode estar em todas as classes sociais e em qualquer lugar apto a submeter suas vítimas aos seus desejos e violar um dos mais básicos direitos humanos: a manutenção da integridade física e psicológica (SOUSA, 2017).

Mas na República Democrática do Congo é tudo ainda muito pior. Além de estarem em todos os lugares e atenderem a todos os requisitos apresentados acima, os agressores invadem a privacidade dos lares e dos ambientes privados. Para correr o risco de ser violentada, basta existir.

Esta (o estupro) é uma das realidades mais duras que acontecem hoje no meu país. É a mulher, muitas vezes, é vítima não apenas de um, mas de dois, três, quatro, um grupo de homens... É difícil! *M. se emociona*. Não apenas mulheres adultas, mas também crianças, adolescentes, idosas... até idosas! Conheci uma senhora de 83 anos que foi violentada e acabou morrendo. Muitas mulheres não aguentam ser estupradas seguidamente por um grupo de homens, ter seus corpos cortados, mutilados com pedaços de madeira e acabam morrendo... de dor ou de doença. Porque muitos desses homens têm doenças... HIV, sífilis e outras que a gente nem sabe... É difícil para uma mulher aceitar que foi estuprada (M., 2017).

O sexo não consentido é também considerado uma arma de guerra no Congo, por ser um instrumento de exercício do poder. É uma forma de demonstrar explicitamente a relação dominador *versus* dominado. Bourdieu (1998) afirma que “quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso nas interações da vida

---

<sup>3</sup> M. não quis revelar sua idade, mas aparenta ter entre 30 e 35 anos. “Não gosto de falar sobre a minha idade, mas põe aí que são muitos anos” (M., 2017).

<sup>4</sup> M. trabalhava num vilarejo próximo ao de Chabunda, onde vivia com sua família.

cotidiana, não têm outra escolha a não ser a da aceitação [...]” (p. 124). Tal afirmativa também encontra respaldo em Foucault:

Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos mais dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e portanto servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias (FOUCAULT, 1998, p. 98).

Mas o estupro e o risco de vida são apenas alguns dos perigos aos quais as mulheres congoleesas se sujeitam quando necessitam de ajuda para fugir do seu país.

Ao perceber que seu vilarejo tinha sido tomado pelos rebeldes, que sua casa havia sido invadida e que não tinha mais o que fazer, a não ser salvar a própria vida, M. viajou para a província de Kivo do Norte, onde morava sua única irmã, escapando assim da tragédia em Chabunda. De lá, as duas viajaram para Kinshasa na esperança de conseguir sair do país, pois mesmo a capital não era mais um lugar seguro para elas.

Naquele momento qualquer lugar seria melhor que o meu país. Mesmo na capital (Kinshasa) não havia como ficar. Havia conflitos políticos o tempo todo, não tinha nada de bom, não tinham direitos humanos. Tinha apenas um presidente agarrado ao poder e que se você falar mal ou fizer oposição, ele manda matar. A gente não tinha direito algum. Eu estava muito confusa e com medo, mas eu não podia mais ficar lá. Era preciso buscar um lugar onde a gente tivesse liberdade e paz. Ficamos na capital até que uma pessoa nos ofereceu ajuda. Ele nos prometeu passaportes com vistos. Nós só queríamos fugir do Congo, mas não sabíamos quando e nem para onde iríamos até ter o documento em mãos (M., 2017).

M. explica, ao longo de sua narrativa, que ter o corpo solicitado como moeda de troca para conseguir algum benefício é uma ameaça bastante comum. “Algumas pessoas pensam que podem fazer o que quiser com você, pois você está nas mãos delas precisando de ajuda. Você fica à mercê de todo mundo” (M., 2017). Segundo a refugiada congoleesa não é raro ouvir propostas humilhantes, como: “eu posso até te ajudar, mas você vai precisar me fazer um agrado”, referindo-se a uma troca no contexto sexual.

Partindo de uma perspectiva histórica, a mulher sempre ocupou um espaço secundário na sociedade em relação ao homem. Esse arquétipo feminino, construído pela imagem da mulher frágil e submissa se impõe na cultura patriarcal onde cabe ao masculino o papel da representação da virilidade, da força e do poder (OABPR, 2015). A própria M., numa postura humilhante e humilhada, assume essa fragilidade ao afirmar que:

Desde a criação do mundo, as mulheres são mais fracas e esta fragilidade faz com que muitos homens se aproveitem disto. Naquele momento em que precisa de ajuda para fugir, a mulher aceita ir para a cama contra a sua vontade porque o homem tem a força, não apenas física, mas também o poder de te ajudar. Você está na mão dele e torna-se obrigada a fazer tudo. É esse o preço que se paga (M., 2017).

A dominação androcêntrica mostra-se presente não apenas socioculturalmente, mas também pelo exercício da coerção no sentido mais completo da palavra – o que torna a experiência ainda mais humilhante e aviltante para a vítima.

#### **4. QUE GUERRA É ESTA?**

E pensar que a riqueza do Congo é o motivo dessa guerra que está acabando com o nosso povo. O meu país é um dos mais ricos do mundo, e é a sua riqueza, que está nos seus recursos minerais, no coltan, que está nos destruindo (M., 2017).

Os confrontos na República Democrática do Congo – que acontecem desde 1998 – já mataram mais de 6 milhões de pessoas. Segundo Carranca (2013b), este é o maior e mais sangrento conflito desde a Segunda Guerra Mundial, já tendo produzido mais vítimas do que todos os combates recentes somados. O assassinato de homens, a violência sexual contra as mulheres e o sequestro de crianças são algumas das armas utilizadas como uma forma de os rebeldes e milicianos imporem seu poder sobre a população. “É o Holocausto africano, mas pouco se ouve falar sobre ele porque ocorre na floresta densa de um continente esquecido, a África, e não mata brancos, não ameaça o Ocidente – pelo menos, até agora” (CARRANCA, 2013b).

Conflitos étnicos justificam oficialmente o massacre, mas acredita-se que os reais motivos se escondam embaixo do solo do maior país da África subsaariana, onde podem ser encontrados ouro e diamante, além de 80% das reservas minerais do coltan existentes no mundo. Considerado estratégico, o coltan tornou-se ainda mais cobiçado que o ouro e o diamante atualmente. O nome deste mineral resulta da contração das palavras columbita e tantalita, dois tipos de minerais dos quais se extrai o tântalo, elemento indispensável à fabricação de aparelhos de telefone celular, *tablets*, computadores, naves tripuladas, armas sofisticadas, além de outras tecnologias essenciais à vida moderna (COMITÉ DE SOLIDARIEDAD CON EL ÁFRICA NEGRA, 2003).

Desde 1998, os países vizinhos Ruanda e Uganda vêm ocupando militarmente o território da República Democrática do Congo, considerado um Estado soberano, mas liderado por um governo tido como fraco e corrupto (CARRANCA, 2013b). A publicação Latinoamericana (2003) relata que o exército ruandês transporta o coltan até Kigali, capital de Ruanda, onde é tratado antes de ser exportado para países como Estados Unidos, Alemanha, Holanda, Bélgica e Cazaquistão.

Para cada quilo do coltan que é exportado, dez dólares são entregues ao movimento rebelde Reagrupação Congoleza para a Democracia (RCD), que possui cerca de 40 mil soldados apoiados por Ruanda. “Com a venda de diamantes” – declarou Adolphe Onusumba, presidente da RCD – “ganhávamos cerca de 200 mil dólares por mês. Com o coltan chegamos a ganhar mais de um milhão de dólares por mês” (COMITÉ DE SOLIDARIEDAD CON EL ÁFRICA NEGRA, 2003). Já na zona controlada pelos ugandenses, não existe monopólio. Seis grandes compradores estrangeiros operam oficialmente, concorrendo entre si.

Essas milícias que nos matam, estupram e sequestram nossas crianças são patrocinadas por países poderosos do mundo que querem somente nos explorar. Eles não querem pagar. Promovem a guerra em nosso país para que tenhamos que fugir e eles possam explorar livremente a nossa terra. Vamos pedir ajuda a quem? Quem tinha que nos proteger é justamente quem está sendo patrocinado e beneficiado pelos países poderosos. Não temos a quem recorrer. Podemos apenas nos calar e tentar fugir. Oficialmente, não se pode ter arma no Congo, não podem entrar armas no meu país, mas isto é o que mais acontece todos os dias e o próprio governo participa dessa guerra para ganhar dinheiro. Eles nos matam todos os dias. Os “poderosos” que patrocinam o massacre do nosso povo colocam no poder quem eles querem. É

uma troca: a exploração das riquezas minerais do nosso país pelo dinheiro para os poucos que querem se manter no poder (M., 2017).

É a força do poder econômico representando um poder simbólico, o qual, como define Bourdieu “só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1998, p.8). Um poder que serve a ideologias de interesses particulares que tendem a se apresentar como universais (BOURDIEU, 1998). Um poder tão ambicioso e egoísta que se sobrepõe a qualquer forma de legitimidade, de dignidade humana e do direito à vida.

## 5. DE AJUDANTE A AJUDADA

Já em Kinshasa, M. e sua irmã K.<sup>5</sup> conheceram uma pessoa<sup>6</sup> que se ofereceu para ajudá-las dizendo “Vocês podem ir, eu ajudo vocês, mas vão ter que se virar por lá”. Um “lá” que elas nem poderiam imaginar onde seria. “Ficamos sabendo que viríamos para o Brasil somente quando ele nos entregou os passaportes e vimos os vistos. A gente não sabia nada sobre o Brasil, não sabia nada sobre o idioma, nada, nada...” (M., 2017).

A irmã viajou primeiro. M. veio apenas dois meses depois. A bordo do voo entre a África do Sul e o Brasil, K. conheceu um passageiro que também prometeu ajudá-la. Essa pessoa a encaminhou – e, posteriormente M. – a um pastor no bairro de Brás de Pina, subúrbio do Rio de Janeiro, que as acolheu. “Tudo foi muito difícil para nós quando chegamos aqui. Não falávamos português, precisávamos trabalhar, mas não sabíamos por onde começar” (M., 2017). O pastor conduziu as irmãs congolezas até uma organização não-governamental que oferece atendimento a refugiados e solicitantes de refúgio para que elas pudessem regularizar sua estadia no Brasil.

Precisamos de ajuda até para preencher os formulários – que estavam somente em português e a nossa compreensão era muito difícil – e na Polícia Federal, onde conseguimos obter o nosso CPF<sup>7</sup> e a Carteira de Trabalho. Começamos também a aprender português para que pudéssemos, depois, buscar trabalho (M., 2017).

No Congo, M. trabalhava num vilarejo próximo àquele em que vivia com sua família. Graduada em Relações Internacionais, ela atuava no “Programa Nacional de Apoio à Condição Social”, um programa do governo, como chefe do projeto “Apoio à Melhoria de Condições de Vida das Populações Vulneráveis”. Como o próprio nome sugere, o programa atendia a pessoas de classes sociais menos favorecidas com o objetivo de reinseri-las na vida social e no mercado de trabalho.

Seis meses após sua chegada ao Brasil – em setembro de 2014 – M. conseguiu trabalho como intérprete numa organização não-governamental de apoio a migrantes e refugiados que, assim como ela, chegam ao Brasil sem qualquer conhecimento sobre o país ou sobre o idioma. M. ajuda a recepcioná-los quando chegam em busca de amparo e lhes dá as mesmas orientações burocráticas que recebeu quando chegou ao país.

Mas a solidariedade de M. vai além e não tem hora marcada. É também a ela que muitos migrantes e refugiados recorrem pelo telefone em busca de apoio e consolo quando tudo parece estar perdido.

---

<sup>5</sup> O nome da irmã de M. também será indicado pela inicial K. para resguardar seu anonimato.

<sup>6</sup> M. não a descreve com detalhes, refere-se apenas a uma “pessoa”, mas deveria ser do gênero masculino, pois, quando se referia a ela, pronunciava “ele”.

<sup>7</sup> CPF – Cadastro de Pessoa Física.

Às vezes, uma mãe me liga à noite chorando, desesperada porque o leite acabou e ela não tem dinheiro para comprar outro para seu bebê. Outra hora, um me liga porque não está conseguindo arrumar emprego e vai ficar sem ter onde morar. Também tem aqueles que ligam desolados porque não aguentam mais de saudade dos familiares (que já nem sabem onde estão ou se ainda vivem) ou porque não suportam mais a vida que estão levando. Conheço bem a dificuldade e a dor que eles estão passando, mas só posso ser solidária e ouvir. Não tenho muito o que fazer a não ser lembrar a eles que temos que agradecer por estarmos vivos (M. 2017).

M. aspira a retomar a carreira em Relações Internacionais, mas, enquanto isto não acontece, segue se sustentando com o que é possível. Com um padrão salarial bem abaixo daquele de uma profissional com nível de graduação no Brasil, ela obedece a uma jornada laboral como qualquer trabalhador brasileiro: 44 horas semanais, com uma hora de almoço e ajuda de custo para o deslocamento casa/trabalho. O plano de saúde não está incluído. E a Carteira de Trabalho – documento que assegura as principais garantias ao trabalhador – continua da mesma forma como ela a recebeu: em branco. Ainda não foi assinada pelo empregador.

Como sugere Sayad (1998), a imigração parece sempre gerar uma dupla condição: não se sabe se é um estado provisório que se prolonga indefinidamente ou se é um estado duradouro que se quer imaginar provisório. E, assim, insiste-se – o Estado, as instituições e os próprios imigrantes – em se “instalar” de forma provisória numa condição que quase sempre será longa. Como tradutora, M. ocupa um espaço que o “mercado de trabalho para migrantes” lhe atribui.

E, se todos os atores envolvidos pela imigração acabam concordando com essa ilusão, é, sem dúvida, porque ela permite que cada um componha com as contradições próprias à posição que ocupa, e isto sem ter o sentimento de estar infringindo as categorias habituais pelas quais os outros pensam e se constituem como imigrantes, ou ainda pelas quais eles próprios se pensam e se constituem (SAYAD, 1998, p. 46).

M. vivia feliz junto ao marido e à família em sua terra natal. Tinha projetos para o futuro. Planejava ter filhos. Nunca havia pensado que um dia seria preciso viver longe daqueles a quem mais amava – e sem ao menos ter tido a chance de despedir-se deles. Nunca pensou que um dia viria ao Brasil. Mas hoje é aqui que ela vive e sem saber se esta situação será provisória ou definitiva.

Nessa indefinição entre o definitivo/provisório, os migrantes são quase sempre tratados à margem e na parte inferior da hierarquia social. “Não sendo o imigrante um elemento nacional, isto justifica a economia de exigências que se tem para com eles em matéria de igualdade de tratamento frente à lei e na prática” (SAYAD, 1998, p.58). Mas, antes de ser migrante, é preciso que a pessoa seja vista como um indivíduo e, como tal, dentro de uma sociedade, precisam ser dadas a ele, no mínimo, condições de vida digna para que possa se restabelecer e superar as perdas e traumas enfrentados. No entanto, apesar de quase sempre os discursos sobre migração apelarem para a moral e, conseqüentemente, para as boas intenções e os bons sentimentos, é sempre mais fácil e descomplicado enxergar que um imigrante será sempre um estrangeiro, uma pessoa de fora e, como tal, jamais precisará estar à altura de quem é nativo daquela terra. Portanto, para esses indivíduos, pensar numa política de boa acolhida é muito custoso e desnecessário. Para enfrentar essa postura pouco humanitária,

talvez, como sugere o autor, “a melhor política possível em termos de migração seja a ausência de política” (SAYAD, 1998, p. 60).

## 6. ESTA TERRA NÃO É MINHA

Eu sinto falta de tudo todos os dias. O Congo é a minha terra. Eu nasci lá, eu cresci, estudei lá. É lá que está o meu povo, meus amigos, tudo o que é meu. Tudo o que eu consegui na vida está lá. O Congo é um país lindo! É a minha cultura, é a minha casa, é o meu cheiro, é a minha igreja, é o meu chão. Embora eu esteja sendo bem tratada, o Brasil não é a minha pátria. Não me sinto em casa. Aqui sou uma eterna estrangeira (M. 2017).

A própria denominação imigrante remete implicitamente à condição de emigrante. Ou seja, o pertencimento não é àquele lugar onde se está, mas a outro lugar. Por isto, o retorno à terra natal é um desejo quase inerente a todo aquele que imigra. O retorno estaria numa dimensão antropológica na medida em que o imigrante se relaciona com o tempo – passado e futuro; o primeiro tem a representação do que viveu; o segundo, a projeção do que pode estar por vir. O presente, é o tempo em que a migração ocorre. A relação com a terra – em sua dimensão física e geográfica – é uma metáfora do espaço social: a relação com um grupo com o qual se deixou de conviver fisicamente, mas se faz presente nas emoções, e com o novo grupo, que o imigrante acabou de conhecer e, por isto, ainda precisa conviver, conquistar e se impor (SAYAD, 2000).

“Conhecimento é poder” (FABIAN, 2013, p. 39). Mas quase sempre, é sem conhecer nada ou quase nada que o imigrante chega a um território novo, estranho ao seu e, por isto, ele é considerado o “outro”, o “remoto”, o que “veio de fora”. O distanciamento territorial é também um distanciamento temporal que sugere uma distância física e social. O paradigma da alteridade, ao ser estabelecido, posiciona o que vem de fora como o “selvagem”, o exótico, o estranho, o diferente, remetendo a uma posição de inferioridade em relação a quem é nativo (FABIAN, 2013). A presença do imigrante é quase sempre vista como imprópria, no sentido de que ele está num lugar que não é o seu, e o senso comum cria um padrão de pensamento no qual o lugar do migrante fica à margem e na parte inferior da hierarquia social. Talvez por isto, o próprio migrante – ao sentir-se numa sociedade hostil à sua presença – seja o primeiro a pensar (e a querer) que sua condição seja efetivamente provisória, de modo que o desejo de retorno à sua pátria esteja sempre presente (ainda que implícito) como uma forma de minimizar os lamentos e os remorsos da ausência. A imigração apresenta-se como uma possibilidade quando qualquer outro caminho se mostra sem saída.

As dificuldades a serem enfrentadas por quem opta por buscar novas oportunidades em terras estrangeiras não são poucas. E quase sempre o deslocamento já começa por uma necessidade gerada por motivos muito difíceis: escassez de alimentos, crise política e/ou econômica, perseguição religiosa ou conflitos armados. A escolha de sair do seu país e partir para uma terra desconhecida, seja qual for a motivação, nunca é uma decisão fácil. É muito incomum que alguém – até podem existir exceções – saia para se arriscar em terras estranhas em busca do que tem em abundância em sua própria. Ninguém opta por sair de sua pátria quando está em condições de vida satisfatórias, quando vive com a dignidade mínima necessária. “No âmago de cada indivíduo, emigrar é como uma maneira de deserdar e, no limite, uma forma de traição” (SAYAD, 2000, p. 18). A emigração quase sempre acontece com dor – tanto para quem parte quanto para quem fica.



No século XIX, o século do nacionalismo por excelência, o conceito de terra natal e nacional ganha um sentido totalmente apaixonado, a ponto de constituir ainda nos dias de hoje um termo de referência por meio do qual se define o pertencimento (ao tempo, ao espaço e ao grupo) e a própria existência. “[...] Existir é existir no tempo, no espaço e no interior de um grupo social (é a condição da existência política) [...]” (SAYAD, 2000, p. 13). A nostalgia do lugar de onde se emigra tem o poder de transfigurá-lo, dando a ele efeitos de encantamento, de sacralização. Todo sentimento torna-se potencializado em relação a espaços como o país, a cidade de origem, a casa dos antepassados, o lugar onde se viveu. É como se fossem uma “terra santa” à qual a peregrinação se torna um dever.

A nostalgia é alimentada pela ilusão de retornar à terra de origem para reencontrar o grupo social que lá estava – tal qual como ele era – quando aconteceu a emigração. Mas esta ilusão gera a decepção, pois o tempo é impiedoso. Nem sempre o retorno é a solução mais confortável e consoladora porque o tempo já não é mais aquele de quando se partiu. “Pode-se voltar ao ponto de partida, mas não se pode voltar ao tempo da partida” (SAYAD, 2000, p. 12). Pode-se encontrar o mesmo local, mas nunca o mesmo cotidiano e o mesmo grupo que existia quando se emigrou. Este retorno é impossível. Só o que resta é refugiar-se nas memórias e nas lembranças de uma história que não existe mais. Não existe presença num lugar sem que tenha havido ausência noutro.

M. alimenta a esperança de um dia poder retornar ao seu país e retomar a vida junto à sua família. Mas, enquanto este momento não chega, é na internet, pelas diversas redes sociais, que ela segue buscando seus parentes. Por meio delas, M. conseguiu saber que todos sobreviveram à invasão de Chabunda e já fez contato com os irmãos que haviam ficado no Congo. Falta agora encontrar os pais e o marido. Enquanto a guerra segue em seu país e o retorno é ainda inviável, M. e a irmã K. sonham poder reunir toda a família no Brasil.

Mesmo estando há apenas três anos em território brasileiro, o desejo de reunir no país a sua família pode ser um indício de que aqui M. tenha encontrado a paz e a liberdade que buscava quando saiu quase às cegas do Congo. A ausência é dolorida, mas a sobrevivência mostra-se uma esperança. É impossível viver em outro país, em outra sociedade, em uma outra cultura, em uma outra economia sem ser intensamente afetado por elas, mesmo não se dando conta plenamente dos efeitos provocados. M. segue se superando a cada dia.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que chegou ao Brasil, em setembro de 2014, M. está tendo que recomeçar – em todos os sentidos: aprender a se comunicar num novo idioma, viver em um país que jamais imaginou, familiarizar-se com uma nova cultura, recomeçar sua carreira profissional e empenhar-se para conseguir reunir novamente a sua família. M. espera poder voltar a ter sonhos e esperanças. Talvez os mesmos que nutria antes de precisar fugir às pressas para conseguir apenas sobreviver.

A tristeza de M. pode ser sentida nos olhos e na voz. Três anos é muito pouco tempo para superar todos os traumas pelos quais passou – e espera-se que um dia ela realmente consiga esquecer os momentos duros que o destino lhe reservou. Mas, como ela mesma diz, “vamos vivendo um dia de cada vez e acreditando que tudo vai ficar bem”. Hoje, M. e a irmã K. (atualmente desempregada) moram num pequeno apartamento alugado no subúrbio da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Para Sayad (2000, p. 11), “o imigrante só deixa de sê-lo quando não é mais assim denominado e, conseqüentemente, quando ele próprio assim mais não se denomina, não mais se percebe como tal”. Isto é: só quando o imigrante deixa de se reconhecer como tal é que o desejo do retorno deixa de existir. Este parece ainda não ser o caso de M. Ela ainda fala a

língua portuguesa com dificuldade e sonha com o dia de poder retornar ao seu país e retomar a vida junto de sua família, com paz, liberdade e prosperidade.

A história dessa refugiada é mais uma que está presente na informação transmitida pelos veículos de comunicação todos os dias, mas ela se torna muito mais real e próxima quando é ouvida sob a forma de uma narrativa contada com toda a emoção que a realidade exige, sem precisar ser abreviada e editada pelo tempo do noticiário. Não restam dúvidas de que a história de M. é apenas uma dentre milhares de outras, e que ela não esgotará todos os aspectos e informações a que se pretende dar voz e esclarecer (QUEIROZ, 1988). Mas é possível acreditar que, por meio dela se possa contribuir para que o grito da população congoleza não fique mudo, e que algo possa ser feito para mudar os rumos dessa história. Espera-se que ela sirva como um brado forte no amparo a todos os que necessitam de ajuda em suas caminhadas ao redor do mundo.

*Enviado em 29 de julho de 2017  
Aceito em 10 de novembro de 2017*

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CARRANCA, Adriana. **Estupro vira arma de guerra no Congo.** Estado de São Paulo, on-line, São Paulo, 27 de outubro, 2013a. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,estupro-vira-arma-de-guerra-no-congo-imp-,1090073>>. Acesso em 15 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Congo: a maior guerra do mundo.** Estado de São Paulo, on-line, São Paulo, 20 de outubro, 2013b. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,congo-a-maior-guerra-do-mundo-imp-,1087710>>. Acesso em 15 de julho de 2017.

CIOCCARI, Marta. Reflexões de uma antropóloga ‘andarina’ sobre a etnografia numa comunidade de mineiros de carvão. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p.217-246, jul./dez. 2009.

COMITÉ DE SOLIDARIEDAD CON EL ÁFRICA NEGRA. **El ‘coltán’y la guerra de Congo.** Agenda Latinoamericana, Madrid, 2003. Disponível em: <<http://latinoamericana.org/2003/textos/castellano/Coltan.htm>> Acesso em 10 de julho de 2017.

FABIAN, Johannes. **O tempo e o outro: como a Antropologia estabelece seu objeto.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade** – Livro I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga de Moraes von. **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

SÁ, Priscilla Placha (Org). **Dossiê: as mulheres e o sistema penal**. Curitiba: OABPR, 2015. 245p.

SAYAD, Abdelmalek. Elghorba : le mécanisme de reproduction de l'émigration. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. V. 1, n. 2, mars 1975. Le titre et le poste. p. 50-66.

\_\_\_\_\_. **O que é um imigrante?** Imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo, Edusp, 1998.

\_\_\_\_\_. O retorno, elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia Revista do Migrante**, São Paulo, n. especial, jan., p. 3-32, 2000.

SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra as mulheres. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 25 (1), p. 9-29, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

UNHCR. Global Trends Forced Displacement in 2016. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/5943e8a34>>. Acesso em: 13 de julho de 2017.